

INVENTÁRIO DAS INSCRIÇÕES TIPOGRÁFICAS ARQUITETÔNICAS DOS IMÓVEIS HISTÓRICOS DA CIDADE DE PELOTAS (1850-1930)

INVENTORY OF TYPOGRAPHIC INSCRIPTIONS IN HISTORICAL BUILDINGS OF THE CITY OF PELOTAS (1850-1930)

Roger Langone Leal¹

João Fernando Igansi Nunes²

Resumo

O estudo em questão descreve o procedimento de elaboração de um inventário das inscrições tipográficas encontradas nos prédios históricos da cidade de Pelotas, localizada no estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é promover o reconhecimento dessas inscrições como expressões escritas e auxiliar sua conservação através do registro e documentação de cada ocorrência. A cidade de Pelotas foi selecionada devido à abundância de inscrições tipográficas presentes em seu conjunto arquitetônico. As inscrições mapeadas neste estudo estão delimitadas pelas Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, estabelecidas por legislação municipal para proteger áreas de interesse histórico e cultural da cidade. Além disso, apenas as inscrições relacionadas à produção arquitetônica entre os anos de 1850 e 1930 foram incluídas no inventário. O trabalho apresenta o contexto histórico em que os prédios contendo as inscrições foram construídos, bem como as funções e os sistemas de classificação atribuídos a cada inscrição gráfica. Foi realizado o inventário, destacando as suas origens e o método adotado para sua obtenção. Concluiu-se que o inventário elaborado cumpriu de forma adequada sua finalidade de organizar os dados referentes às inscrições para fins de análise.

Palavras-chave: inventário; inscrições tipográficas; tipografia; arquitetura

Abstract

This study presents the process of inventorying the typographic inscriptions present in the historical buildings of the city of Pelotas/RS, aiming at its appreciation as an expression of writing, as well as its preservation through the registration and documentation of its occurrences. The city of Pelotas was chosen because its eclectic architectural ensemble present a considerable number of typographic inscriptions. The manifestations of writing inventoried here obey the geographical limit of the cultural heritage preservation zones, established by municipal law that seeks to safeguard the areas of the city of historical and cultural interest and to the temporal limit of architectural production held between 1850 and 1930. The work presents the historical context in which the buildings, supports of inventoried inscriptions, were built, as well as the functions and consequent types of classification of typographic inscriptions. The inventory was performed, showing its origins and the process of inventory adopted. It can be concluded that the inventory performed was appropriate to the function of organizing the data related to registration for analysis.

Keywords: inventorying; typography; lettering; buildings; architecture

¹ Doutorando em Design, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, rogerlangone@hotmail.com; 0000-0002-7671-7433.

² Professor Associado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. fernandoigansi@gmail.com; ORCID: 0000-0003-3463-5605.

1. Introdução

Conforme afirmado pelo designer gráfico Jock Kinneir (1980), a maioria das pessoas considera os espaços em que se deslocam como algo intrínseco ao ambiente. Elas costumam observar os elementos ao seu redor, como árvores, janelas e objetos familiares, de forma superficial, influenciadas tanto pela velocidade com que se movem quanto pelo nível de atenção que dedicam a esses elementos. No entanto, certos objetos na paisagem são percebidos com maior cuidado, uma vez que afetam diretamente a percepção do sujeito e evocam significados específicos. Segundo Kinneir (1980), as palavras estão incluídas nesse grupo.

No contexto urbano, as palavras são representadas de diversas maneiras. Uma grande parte da escrita presente nele é temporária – como panfletos, cartazes e placas comerciais que mudam com a troca de proprietários – não apenas devido à sua finalidade, mas também em razão das condições físicas e materiais nas quais são produzidas (como grafites, pichações e faixas de curta durabilidade, por exemplo).

No entanto, nem toda forma de escrita encontrada nas ruas das cidades é passageira. Existem inscrições duradouras, muitas vezes gravadas em pedra, que foram produzidas antes do uso generalizado de materiais de curta duração. Essas inscrições resistem ao longo do tempo, formando um “mapa histórico onde coexistem e se sobrepõem configurações materiais que provém de temporalidades diferentes” (SARLO, 2009, p. 508) nas cidades. Essas configurações materiais, conforme descrito pela historiadora Françoise Choay (2006, p. 63) a respeito do pensamento dos antiquários do século XV sobre os monumentos antigos, não mentem sobre o passado, fornecendo informações originais sobre sua época: "Se devidamente interpretadas, as antiguidades são mais confiáveis do que as palavras, tanto em termos de sua autenticidade quanto da natureza de sua mensagem". Nesse contexto, a escrita materializada em inscrições nas fachadas arquitetônicas pode desempenhar um papel no "discurso identitário e comunicativo da cidade" (GOUVEIA *et al.*, 2007, p. 2).

Durante o período de crescimento econômico vivido pela cidade de Pelotas no final do século XIX e início do século XX, devido à produção de charque, os produtores locais desejavam exibir sua riqueza e status de nobreza (DELANOY; ZAMBRANO, 2010). Por isso, reformaram ou demoliram suas antigas moradias coloniais, construindo edifícios ecléticos de destaque nacional, como evidenciado pelas iniciativas do Programa Monumenta para sua preservação. Um estudo sobre as manifestações da escrita no ambiente urbano de Pelotas (LEAL, 2012) revelou a existência de um número significativo de inscrições nos prédios históricos, indicando a possibilidade de organizar esse conjunto de inscrições como base para estudos relacionados ao uso de tipografia na arquitetura e à própria produção tipográfica na cidade.

De acordo com o arquiteto e designer Peter Behrens, a tipografia representa "um dos mais eloquentes meios de expressão de estilo de qualquer época" e, juntamente com a arquitetura, constitui "o retrato mais característico de um período e a melhor evidência do desenvolvimento espiritual de uma nação" (BEHRENS, 1902 apud BURKE, 1992, p. 35, tradução nossa).

Segundo Bartram (1976), além de suas funções de reguladora de fluxo e identificação de espaços (BAINES e DIXON, 2008), as inscrições tipográficas na arquitetura possuem um efeito civilizador inconsciente, sustentando a afirmação de Baines e Dixon de que “nomear e usar letras para identificar lugares específicos são uma parte essencial da negociação do espaço público” (BAINES; DIXON, 2008, p. 97, tradução nossa). Esses autores enfatizam o papel das inscrições na construção da identidade de um local, ao destacar que seu uso carrega

consigo um elemento promocional e, no caso de edifícios públicos, uma dimensão política, pois os governos utilizam esse meio de maneira eficaz para fortalecer um senso de identidade cívica (BAINES; DIXON, 2008, p. 99).

No entanto, apesar da considerável quantidade de expressões desse tipo de escrita encontradas nos prédios históricos de Pelotas, é evidente a ausência de referências a elas nos estudos acadêmicos sobre a arquitetura local. Essa falta de atenção é destacada pela omissão de qualquer menção específica à conservação dessas inscrições no Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, um guia elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura para orientar os proprietários dessas propriedades. Portanto, a justificativa deste trabalho reside na necessidade de desenvolver um instrumento para a identificação, registro, classificação e disponibilização dessa forma de escrita.

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi apresentar o processo de criação de um inventário das inscrições tipográficas encontradas nos imóveis históricos da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, buscando valorizá-las como expressão escrita e auxiliar na sua preservação por meio do registro e documentação de cada ocorrência.

2. Desenvolvimento

O presente estudo teve origem no desenvolvimento de dissertação elaborada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e adotou uma abordagem que combina elementos qualitativos e quantitativos, sendo de natureza aplicada e com objetivo exploratório. A coleta de dados primários foi conduzida na cidade de Pelotas, localizada no estado do Rio Grande do Sul, que abrange uma área de 1.610,09 km² e possui uma população de 328.275 residentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2010).

A estruturação dos procedimentos metodológicos seguiu as etapas propostas por Lopes (2004) para a investigação científica na área da comunicação, que incluem definição do objeto, observação, descrição e interpretação.

A definição do objeto neste estudo, que consiste na construção de um inventário, foi obtida por meio de pesquisa bibliográfica sobre o uso da tipografia em arquitetura, sobre os métodos de inventário e sobre o espaço onde estão localizadas as inscrições a serem incluídas no inventário. As obras de Gray (1960), Bartram (1976), Kinneir (1980) e Baines e Dixon (2008), assim como os estudos realizados no projeto de pesquisa TAP – Tipografia Arquitetônica Paulistana – foram consultados para definir e delimitar o tipo de ocorrência de tipografia abordado neste estudo, sbedo a classificação proposta por Gouveia *et al.* (2007). Dessa forma, entre as várias manifestações de escrita encontradas no ambiente urbano, foram selecionadas as inscrições arquitetônicas, que são permanentes e geralmente são construídas junto com o próprio edifício, utilizando o mesmo material de acabamento da fachada.

O limite temporal foi estabelecido com base no suporte das inscrições, ou seja, os imóveis históricos da cidade. As definições de Schlee (1993) sobre a produção arquitetônica em Pelotas forneceram o período compreendido entre os anos de 1850 e 1930, conforme detalhado no capítulo 2. Quanto ao limite geográfico, foi determinado pelas ZPPCs (Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural), que abrangem os primeiros loteamentos da cidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2008) e, conseqüentemente, abrigam os exemplares mais relevantes da arquitetura local.

As etapas de observação (amostragem e técnicas de coleta) e descrição (análise

descritiva) foram executadas por meio da criação de um inventário com base nos exemplares encontrados, seguindo os procedimentos empregados por Salomon (2009) e D'Elboux (2013) em seus estudos sobre inscrições arquitetônicas nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. Esses processos foram complementados pela adoção das etapas recomendadas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – no Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC para a elaboração desse tipo de conjunto de documentos.

A interpretação dos dados foi realizada por meio da análise das características registradas nas fichas das inscrições arquitetônicas encontradas na amostra, permitindo a exploração dos aspectos comuns entre os exemplares, bem como das diferenças existentes entre eles.

2.1. Cidade e Escrita

A arquitetura eclética de Pelotas é delineada através das pesquisas de Schlee (1993), Moura e Schlee (2002) e Santos (2014), que a descrevem em termos formais e a situam em seu contexto histórico de produção. Essa contextualização também recebe o respaldo de estudiosos que contribuíram para a definição desse contexto, como Weimer (1987) e Gutierrez (1999). As inscrições tipográficas são abordadas com base nos referenciais teóricos estabelecidos para o estudo da tipografia no ambiente urbano por Gray (1960), Bartram (1976), Kinneir (1980) e Baines e Dixon (2008), juntamente com as pesquisas realizadas no Brasil por *Gouveia et al.* (2007).

A partir de 1850, ano que marca o ponto de partida temporal adotado neste estudo, até 1860, de acordo com Weimer (1987), a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravos, resultou em um período de grande prosperidade econômica para a Província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. A impossibilidade de importar escravos levou a um melhor tratamento dos escravizados existentes, o que aumentou a demanda pelo produto conhecido como charque.

Além das atividades desempenhadas nas charqueadas, durante o período anterior à abolição da escravidão, os escravizados também eram utilizados como mão de obra nas construções lideradas pelos charqueadores nos meses em que não havia produção de charque (GUTIERREZ, 1999). De acordo com Schlee (1993), os charqueadores de Pelotas não apenas reformaram suas moradias, mas também empregaram seu prestígio e poder econômico na construção de prédios públicos na cidade. A relação entre o auge da indústria do charque e a produção arquitetônica em Pelotas é evidenciada por Moura e Schlee (2002), que relacionam o período de maior produção arquitetônica eclética na cidade (1850 a 1930) com a prosperidade econômica e cultural dessa época, bem como com os avanços técnicos nas charqueadas. Isso demonstra a estreita conexão entre fatores econômicos, sociais e a produção arquitetônica local. Além disso, de acordo com Moura e Schlee (2002), o surgimento dos frigoríficos por volta de 1900 e a subsequente decadência econômica da cidade levaram a arquitetura a desempenhar um papel importante na preservação do prestígio de Pelotas. Schlee (1993) divide este período de produção arquitetônica em Pelotas em Primeiro Período Eclético (1850 a 1900) e Segundo Período Eclético (1900 a 1930), enquanto Santos (2014) apresenta uma divisão ligeiramente diferente, marcando a transição entre os períodos do estilo arquitetônico pela Proclamação da República em 1889. Dessa forma, Santos (2014) estabelece o período entre 1870 e 1889 como o momento de consolidação do Ecletismo e os anos de 1890 a 1931 como o período de desenvolvimento desse estilo. Apesar das diferenças

no início, fim e divisão dos períodos da produção arquitetônica eclética em Pelotas, Schlee e Santos reconhecem padrões semelhantes nessa produção, levando o autor a apresentar a visão de ambos para esse processo. No entanto, para simplificar a escrita deste trabalho, serão utilizados os termos propostos por Schlee (1993) para designar os diferentes momentos do Ecletismo em Pelotas.

2.2. Inscrições Tipográficas

Seja como parte integrante do projeto arquitetônico ou aplicada posteriormente, a presença de tipografia no ambiente urbano sempre desempenhou uma ampla gama de funções. Devido à sua variedade de funções e formas, as inscrições tipográficas requerem a criação de categorias que permitam a definição de grupos específicos de ocorrências. Essa definição é igualmente necessária no contexto deste trabalho para cumprir o princípio de exaustividade, que só pode ser alcançado se os critérios de inclusão e exclusão forem claramente estabelecidos (IPHAN, 2000).

Nessa perspectiva, as obras de Bartram (1976), Kinneir (1980) e Baines e Dixon (2008) nesse campo fornecem referências tanto para a definição conceitual do objeto de estudo quanto para a obtenção de parâmetros de análise. Bartram (1976) limita sua pesquisa à presença da escrita em arquitetura na Itália e na Inglaterra, considerando esses países como os de maior tradição e relevância nessa prática. Além disso, ele restringe seu estudo a obras arquitetônicas, embora em um sentido amplo, sem abranger outras formas de escrita presentes no espaço urbano. Ele distingue, nesse contexto, ao contrário do que é abordado por Gray (1960), ocorrências efêmeras e perenes de letras no ambiente urbano, focando apenas nas últimas. No entanto, Bartram não estabelece categorias conceituais para avaliação ou caracterização dessas manifestações, apesar de a simples distinção entre o efêmero e o perene já ser uma restrição importante para o desenvolvimento de qualquer estudo nessa área.

Kinneir (1980), por outro lado, estabelece um contexto histórico do emprego de caracteres no contexto urbano, classificando esses usos como regulatórios, celebrativos, individualizantes, orientadores, informativos, de intercessão, de advertência, direcionais, comemorativos, identificativos e de mistificação, e estabelece critérios para sua análise, como expressividade, legibilidade, visibilidade, desenho dos caracteres, desenho das palavras e desenho do espaço, permitindo uma melhor organização dos estudos. Dessa forma, Kinneir (1980) organiza as manifestações da escrita no ambiente urbano com base em sua função, indo além da distinção entre efêmero e perene, que baseia-se mais nos materiais utilizados do que nas características de comunicação.

Baines e Dixon (2008) sugerem uma classificação em duas categorias principais: sinais de orientação e instrução (sinais informativos, regulatórios, para pedestres e de sistemas viários) e sinais de nomeação de lugares e definição de espaços (identificadores de lugares, identificadores de edifícios, sinais embelezadores de espaços, sinais de registro e sinais acidentais).

A classificação de Kinneir subdivide a escrita no ambiente urbano com critérios inicialmente claros, mas muitos deles acabam sobrepondo-se em aplicações práticas, enquanto a classificação de Baines e Dixon é, ao contrário, mais abrangente, provavelmente para evitar ambiguidades nas categorias. Embora deva-se considerar que o escopo das obras é diferente, é válido fazer uma comparação para compreender as dificuldades de conceituar as manifestações da escrita no ambiente urbano e as soluções propostas.

Com o objetivo de organizar o estudo dessas manifestações, Gouveia *et al.* (2007) propuseram a seguinte categorização, adaptada das classificações estabelecidas por Aristide Calderini em sua obra "Epigrafia" (1974): **arquitetônica** – inscrições perenes, geralmente incorporadas à estrutura da edificação, como o número ou os nomes dos prédios; **honorífica** – inscrições que prestam homenagem a eventos históricos; **memorial** – inscrições funerárias; **de registro** – inscrições oficiais de instituições; **artística** – manifestações artísticas encomendadas que fazem uso de elementos tipográficos; **normativa** – inscrições relacionadas ao tráfego urbano; **comercial** – inscrições efêmeras, frequentemente substituídas periodicamente; **acidental** – inscrições normalmente não autorizadas, produzidas sem o consentimento dos proprietários dos edifícios.

Essa classificação é estabelecida sacrificando a uniformidade conceitual entre as categorias (a categoria arquitetônica está mais relacionada ao tipo de produção do que à função da escrita), mas obtendo um limite claro entre as categorias. Portanto, neste estudo, foi construído um inventário com amostra restrita às inscrições perenes, conforme definido por Gray (1960), às inscrições individualizantes, de acordo com a classificação de Kinneir (1980), às inscrições para nomear lugares, conforme proposto por Baines e Dixon (2008), e às inscrições arquitetônicas, conforme definido por Gouveia *et al.* (2007). Para destacar a relação entre os exemplos da amostra e os edifícios históricos da cidade, utilizou-se a denominação proposta por Gouveia *et al.* (2007) - inscrição arquitetônica - ao longo do trabalho.

2.3. O inventário Como Estratégia de Preservação

A preservação do patrimônio cultural tem uma longa história, e a documentação desempenha um papel fundamental nesse processo. De acordo com Motta e Rezende (2016, p. 1), "os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio [...], porque remetem à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural". Dessa forma, os inventários são influenciados pelas transformações pelas quais o conceito de patrimônio passa.

A evolução do conceito de patrimônio influencia a produção dos inventários, uma vez que, ao inventariar um bem ou conjunto de bens, há uma avaliação subjetiva baseada em critérios e perspectivas condicionadas historicamente e socialmente, que definem recortes dentro de um contexto tanto social quanto territorial, sendo relevantes para determinados grupos e não para outros (MOTTA; REZENDE, 2016).

De acordo com Choay (2006), originalmente, a palavra "patrimônio" estava associada aos bens hereditários de uma família. No entanto, seu significado expandiu-se para abranger um espectro mais amplo, referindo-se a "um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum" (CHOAY, 2006, p. 11), com a criação do conceito de patrimônio cultural.

A elaboração de inventários teve início durante o Renascimento, quando os antiquários da época documentavam obras da Antiguidade com o objetivo de reproduzi-las. No entanto, nesse contexto, como ressalta Choay (2006, p. 136), tais obras eram "pontos de referência para o presente, obras que se podiam igualar e superar".

Essa situação passa por uma transformação no final do século XVIII, quando o patrimônio "inscreve-se sob o signo do insubstituível" (CHOAY, 2006, p. 136), tornando-se definidor da identidade de um grupo social durante o período de formação dos Estados

Nacionais. Isso ocorre com as novas percepções e concepções sobre história e cidade (BABELON, CHASTEL, 1994) e estabelece o que entendemos como patrimônio cultural.

Após a Revolução Francesa (1789-1799), surge na França a preservação sistemática promovida pelo Estado como forma de proteger os bens culturais que representavam a repressão do antigo regime e que pretendia-se destruir. Essa preservação tinha como objetivo a apropriação desses bens como símbolos do novo regime (MOTTA; REZENDE, 2016).

A elaboração de leis para a preservação do patrimônio levou ao estabelecimento de um método para isso. Segundo Motta e Rezende (2016), após o Decreto de 13 de outubro de 1790, que criou a Comissão de Monumentos na França, Vicq d'Azyr foi encarregado de desenvolver o método para avançar nessa empreitada. Ele definiu as "diferentes categorias de bens a serem conservados e à descrição dos procedimentos técnicos próprios a cada urna delas" (CHOAY, 2006, p. 114).

De acordo com Motta e Rezende (2016), nos estágios iniciais da institucionalização da preservação do patrimônio na França, já encontravam-se implícitas duas categorias de inventário. A primeira era destinada aos bens que já haviam sido oficialmente protegidos pelo estado, denominada de inventário de proteção ou científico. A segunda categoria era o inventário de identificação ou conhecimento, que tinha como objetivo reunir informações sobre determinado bem ou conjunto de bens, visando sua possível seleção como patrimônio.

Nesse processo de evolução das abordagens e procedimentos para a realização dos inventários, a Carta de Atenas em 1931 reafirmou o papel dos inventários na preservação do patrimônio cultural:

VII – Conservação dos monumentos e a colaboração internacional: [...] c) Utilidade de uma documentação Internacional. A conferência emite o voto de que: 1º Cada Estado, ou instituições criadas ou reconhecidas competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e de informações; 2º Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos; 3º Cada Estado deposite no Escritório Nacional de Museus suas publicações; 4º O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos; 5º O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931).

Durante os anos 1930, no período do Estado Novo no Brasil, Motta e Rezende (2016) afirmam que foram estabelecidas práticas de preservação que valorizavam os bens imóveis e objetos com base nos critérios de excepcionalidade, exemplaridade e valor nacional devido à sua conexão com eventos históricos memoráveis. No entanto, em 1936, visando ampliar o conceito de patrimônio além desses critérios, Mário de Andrade elaborou um Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, enfatizando a importância da documentação:

[...] a fonografia gravando uma canção popular cientificamente ou filme sonoro gravando tal versão baiana do bumba-meu-boi, impedem a perda destas criações que o progresso, o rádio, o cinema estão matando com violenta rapidez. (ANDRADE, 1981, p.53, apud NOGUEIRA, 2017).

Apesar de não ter sido efetivada, a proposta de Mário de Andrade foi parcialmente retomada por Aloísio Magalhães com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) na década de 1970, resultando na produção de vários inventários que buscavam

documentar um patrimônio não reconhecido (NOGUEIRA, 2007), ampliando assim o escopo do que era considerado como patrimônio para além dos critérios tradicionais.

No contexto internacional, a Convenção de Haia de 1954, um tratado internacional elaborado sob a égide da UNESCO, estabeleceu um acordo para a proteção de monumentos históricos em tempos de guerra, o que levou os países signatários a elaborarem inventários dos bens que deveriam ser preservados. A UNESCO continuou a enfatizar a importância dos inventários para a preservação do patrimônio cultural ao publicar, em 1984, o "Manual on Systems of Inventorying Immovable Cultural Property". Nele, a autora Meredith H. Sykes destaca a relevância dos inventários:

O inventário é uma ferramenta básica para o gerenciamento de qualquer recurso. É indispensável para o projeto e para a implementação de políticas relativas a preservação e a apresentação de bens culturais. [...] É somente quando eles são propriamente listados, identificados e classificados que os programas para sua proteção podem ser sistematicamente planejados e realizados. (SYKES, 1984 p. 7)

Segundo Motta e Rezende (2016), no final dos anos 1980, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, consolidaram-se as novas concepções de patrimônio que estavam sendo desenvolvidas, definindo o patrimônio cultural brasileiro como "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988, art. 216).

No ano de 1987, foi instituída no âmbito do IPHAN a Coordenação de Registro e Documentação, reforçando uma vez mais a importância da documentação diante das novas demandas no campo do patrimônio.

Durante a década de 1990, entre outras iniciativas de inventário, o IPHAN estabeleceu o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – como uma forma de atender à necessidade de um instrumento para a documentação de patrimônios que vão além do aspecto material. A fusão do CNRC com o IPHAN, ocorrida em 1979, trouxe para o Instituto essa "concepção de patrimônio como referência cultural dos grupos sociais, segundo a qual os bens devem fazer sentido para seus produtores e usuários" (MOTTA; REZENDE, 2016, p. 25).

De acordo com o Manual de Aplicação do INRC:

A noção de "referência cultural" pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico. (IPHAN, 2000, p. 19)

Conforme apresentado neste Manual, é esperado que o processo de elaboração desse tipo de inventário estabeleça uma relação colaborativa entre os pesquisadores e a comunidade, enriquecendo ambos os lados, ampliando o conhecimento dos estudiosos em relação ao patrimônio e conscientizando a comunidade sobre sua existência e valor (IPHAN, 2000). Como observado por Motta e Rezende (2016), o INRC não se restringe apenas a bens de natureza imaterial, embora não seja amplamente utilizado para a documentação de bens materiais.

Após reconhecer o inventário como uma prática intrínseca ao processo de gestão do patrimônio, é importante destacar suas funções e o escopo de suas diferentes configurações.

De acordo com Oliveira (2008), o registro visual e a representação cadastral são instrumentos de extrema importância para a preservação, pois permitem a substituição parcial do patrimônio em caso de perda. Conforme destacado por Motta e Rezende (2016), ao longo dos anos, essa forma de preservação evoluiu do registro por meio de desenhos para o registro fotográfico, da organização manual para bases de dados digitais, melhorando a qualidade da documentação e facilitando sua utilização.

Segundo o Manual de Aplicação do INRC (IPHAN, 2000), a palavra "inventário" significa abrangência, descrição e enumeração detalhada, além de um levantamento completo e individualizado de bens e valores.

De acordo com Paes (2004), existem dois tipos de inventários: sumários e analíticos. O inventário sumário fornece uma descrição concisa da composição de um fundo, sendo uma ferramenta preliminar de consulta; "o primeiro instrumento de pesquisa a ser elaborado tanto para arquivos públicos (de caráter oficial) como privados" (PAES, 2004, p. 131). Por outro lado, o inventário analítico tem o objetivo de oferecer uma descrição detalhada do conteúdo de um arquivo, identificando e descrevendo seus componentes de forma minuciosa, preferencialmente com a colaboração de especialistas no assunto em questão (PAES, 2004, p. 134).

Segundo Motta e Rezende (2016), os inventários podem ser classificados em três níveis de complexidade: identificação, proteção e científicos. Os inventários de identificação servem como um primeiro contato para quem consulta ou produz com os bens inventariados, fornecendo informações básicas, como localização, propriedade, data de construção e registros fotográficos. Os inventários de proteção têm o objetivo de subsidiar decisões relacionadas à proteção dos bens, reunindo informações relevantes para esse fim. Já os inventários científicos requerem um aprofundamento que os torna referências em trabalhos de conservação e restauração. Portanto, o inventário apresentado neste trabalho, de acordo com Paes (2004), situa-se entre o sumário e o analítico, e, conforme Motta e Rezende (2016), é caracterizado como um inventário de identificação.

O INRC (IPHAN, 2000) estipula três fases para o desenvolvimento de um inventário de referências culturais: levantamento preliminar, identificação e documentação. A etapa de levantamento preliminar, conforme indicado pelo IPHAN (2000), engloba a "tomada de decisão a respeito da delimitação do sítio a ser inventariado, [...] sua subdivisão em localidades [...] e [...] reunião e sistematização das informações inicialmente disponíveis sobre o sítio considerado" (IPHAN, 2000, p. 36). A fase de identificação consiste em três etapas: descrição sistemática e categorização das ocorrências, mapeamento das relações entre os bens da amostra e identificação de seus aspectos de formação. Quanto à última etapa, a documentação, abrange "estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica ou de obras artísticas (desenho, fotografia, vídeo, etc.) realizados por especialistas..." (IPHAN, 2000, p. 43) e envolve a "observação direta dos bens inventariados em seu contexto de ocorrência" (IPHAN, 2000, p. 43).

2.3.1. Identificação

Conforme o Manual do INRC, "a identificação incluirá a produção de um registro audiovisual mínimo, ficando seu detalhamento e sua complementação como atividade especializada a ser realizada na etapa de documentação" (IPHAN, 2000, p. 43). Ainda de acordo com o IPHAN (2000), é necessário definir e classificar as ocorrências específicas que serão consideradas

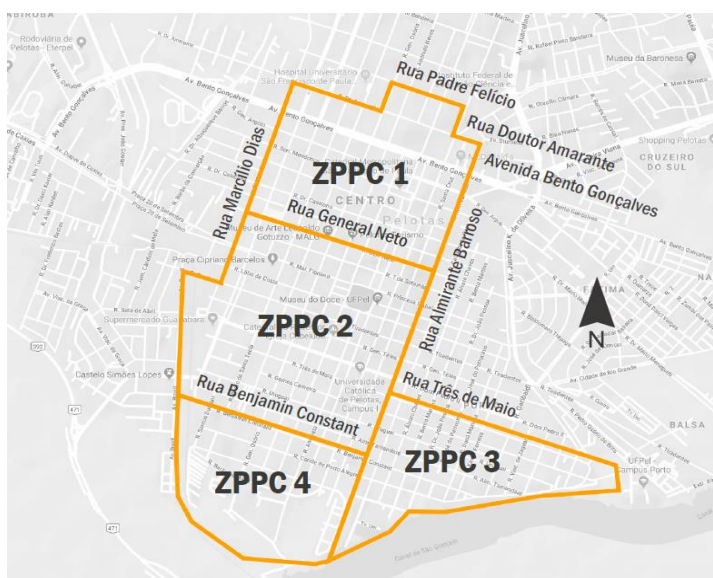
relevantes para a realização de um inventário. Portanto, a partir deste ponto, serão apresentados os recortes e definições que estabeleceram o escopo deste inventário.

2.3.2. Recorte Geográfico e Temporal

Segundo as orientações do Manual de Aplicação do INRC, "para projetar um inventário não basta adotar os limites e as subdivisões administrativas de uma área geográfica" (IPHAN, 2000, p. 32). De acordo com o manual, a definição de uma área para delimitar os bens inventariados pode ser baseada em critérios legais, sócio-políticos ou temáticos.

Com base nisso, foram selecionadas as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (Figura 1), estabelecidas pela Lei Municipal nº 4568/200, pois essas zonas foram designadas devido a serem correspondentes aos primeiros loteamentos implementados na cidade (abrangendo, portanto, os exemplos mais relevantes da arquitetura local), atendendo assim a critérios legais (a lei que as estabelece) e temáticos (área de concentração do bem cultural).

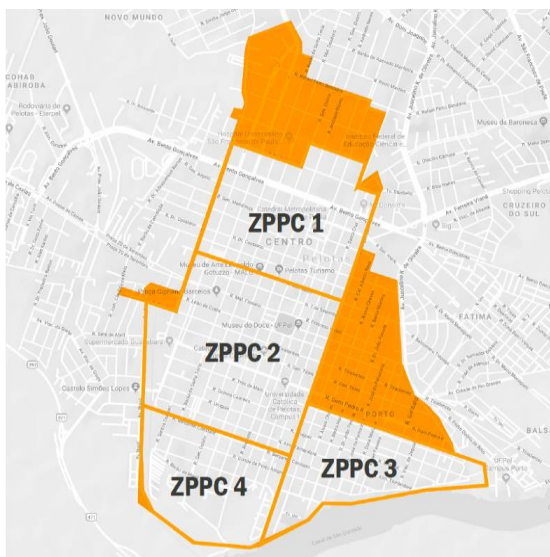
Figura 1: Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural da cidade de Pelotas



Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal da Cultura, Prefeitura de Pelotas (2008).

Como forma de cumprir com o critério de exaustividade estabelecido pelo INRC (IPHAN, 2000), que requer não apenas a referência a itens identificáveis, mas também a um universo social e espacialmente delimitado, a área geográfica não restringiu-se às Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs). Foi realizada uma pesquisa nos arredores dessas zonas para verificar a existência de ocorrências de inscrições tipográficas nessas regiões, ampliando assim a abrangência do levantamento (Figura 2).

Figura 2: Tela do *Google Maps* com a área adicionada à amostra final

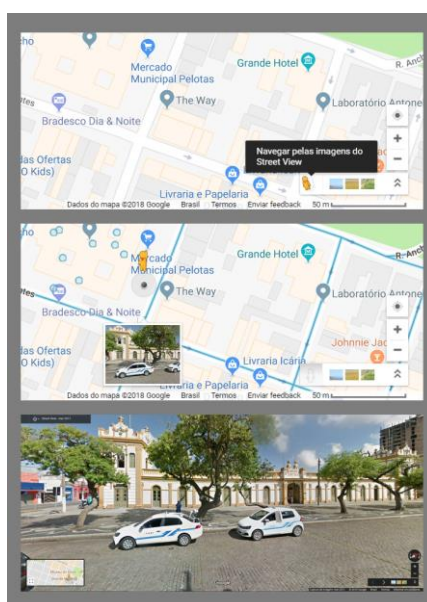


Fonte: Elaborado pelo autor.

2.3.3. Mapeamento e Pesquisa de Campo

A fase de observação foi realizada por mapeamento das construções com inscrições tipográficas arquitetônicas, utilizando pesquisa *in loco* e por meio da ferramenta de visualização *Google Street View* (Figura 3). Essa ferramenta possibilita a visualização de imagens panorâmicas em 360° na horizontal e 290° na vertical de lugares específicos do mundo, ao nível do solo, para a posterior coleta fotográfica digital das inscrições arquitetônicas.

Figura 3: Sequência de imagens com telas do *Google Maps* mostrando a seleção de um local para visualização panorâmica



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a conclusão da pesquisa preliminar na região do Monumenta, foram selecionadas as primeiras vias para a realização do levantamento das inscrições. Iniciou-se pelas ruas Marechal Deodoro e General Osório, sendo estas percorridas a pé por praticamente toda a sua extensão dentro das ZPPCs.

O método inicial, de percorrer fisicamente as ruas dentro das ZPPCs em busca de exemplares, foi modificado quando foi adotada a abordagem de varredura da cidade por meio do recurso Street View oferecido pelo Google. Essa abordagem, já utilizada em trabalhos como o de D'Elboux (2013) e o de Louise Fili (BUDDS, 2017), proporcionou maior eficiência na coleta de dados, eliminando a necessidade de deslocamento físico em busca de inscrições. Conforme as ocorrências eram identificadas, uma lista de pontos a serem visitados era elaborada, enquanto os locais correspondentes eram marcados em um mapa criado no Google Maps para o projeto.

A maioria das fotografias das fachadas dos imóveis selecionados foi capturada utilizando câmeras de aparelhos celulares, aproveitando a tecnologia de localização por GPS para registrar os imóveis na malha urbana.

As imagens detalhadas das fachadas com inscrições foram produzidas ao longo de todo o projeto com uma câmera Canon EOS Rebel T2i. Para capturar a área específica da fachada com a inscrição, utilizou-se uma objetiva de 18-55mm, enquanto para registrar a inscrição em si, utilizou-se uma teleobjetiva de 55-250mm, buscando garantir maior qualidade nas imagens. Buscou-se sempre um ângulo que minimizasse a distorção das inscrições. No entanto, a localização das inscrições (muitas vezes em alturas elevadas) e a presença de obstáculos, como fios de iluminação pública, dificultaram a padronização das fotografias da amostra.

Um aspecto importante a ser mencionado refere-se às cores das fotografias. Nenhuma medida foi tomada para garantir uma calibração cromática precisa na captura da amostra.

2.3.4. Refinamento da Amostra

Os imóveis que foram observados presencialmente ou através do Google Street View foram selecionados inicialmente para a amostra devido à presença de inscrições tipográficas permanentes em suas fachadas. Apenas as construções que possuíam características arquitetônicas claramente pertencentes ao Terceiro Período Eclético (1930-1950) da arquitetura pelotense ou períodos posteriores foram excluídas.

Essa amostra inicial foi posteriormente refinada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, levando em consideração o limite temporal desejado para o inventário. Nesse recorte, não apenas a data de construção do imóvel, mas também a data da própria inscrição foram levadas em conta. Inscrições feitas após o limite temporal (1930) só foram consideradas quando eram substituições de inscrições anteriores, mantendo-se o aspecto macrotipográfico (posição da inscrição na fachada).

A pesquisa bibliográfica mostrou-se mais eficiente devido ao grande número de obras que abordam a arquitetura e a história de Pelotas. A pesquisa documental foi realizada no acervo de imóveis inventariados da Secretaria de Cultura do município (SECULT) e no acervo fotográfico Nelson Nobre Magalhães do Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). As imagens dos prédios históricos presentes no acervo Nelson Nobre Magalhães permitiram a identificação da existência ou ausência de algumas inscrições nas fachadas dos imóveis dentro do período temporal estabelecido para este trabalho. Além disso,

as plantas originais digitalizadas de alguns imóveis disponíveis na SECULT possibilitaram a datação de parte da amostra, além de fornecer outras informações, como data do projeto, autoria do projeto, construção e uso original do imóvel.

No entanto, o acervo de plantas originais da SECULT é limitado, abrangendo apenas um número reduzido de imóveis, aproximadamente 20. Os arquivos contendo as plantas originais dos imóveis da cidade disponíveis na Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana poderiam ser uma alternativa como fonte documental para coletar essa informação. Infelizmente, essa alternativa não se mostrou viável, uma vez que os imóveis anteriores a 1950, aproximadamente, não estão no sistema de consulta informatizado, e o sistema analógico de fichas utilizado para localizar as plantas foi perdido durante a mudança para a sede atual, conforme relatado pelos funcionários do departamento de arquivos. Portanto, qualquer consulta a esse arquivo exigiria percorrer todos as plantas de todos os imóveis construídos ou reformados no período desejado (nesse caso, de 1850 a 1930) para localizar os exemplares desejados.

2.3.5. Documentação

Dado que tratar as inscrições tipográficas como um bem integrado, dentro das fichas concebidas para edificações, utilizando os modelos recomendados pelo INRC (IPHAN, 2000), exigiria um esforço que está além do escopo deste trabalho, foi adotado um modelo de fichas catalográficas baseado nos estudos do grupo de pesquisa TAP – Tipografia Arquitetônica Paulista – conforme utilizado por Salomon (2009) e D'Elboux (2013). Esses modelos serviram como referência para a divisão dos dados sobre os exemplares da amostra em duas fichas distintas: uma para registrar informações sobre o imóvel onde as inscrições estão presentes e outra para registrar informações específicas sobre as inscrições em si.



Aos campos presentes na ficha relativa à edificação no modelo de Salomon (2009) – data de preenchimento da ficha, nome do edifício e seu endereço, autoria do projeto, construtor, data do projeto, data de construção, uso original e atual, estilo arquitetônico, informações históricas com fontes bibliográficas e documentais (originalmente observações), localização do imóvel na malha urbana, imagem da edificação e coordenadas geográficas do imóvel – foram acrescentados os campos com a indicação do instrumento legal de proteção da edificação, com o número de identificação da ficha e com a categoria da construção (civil, militar, religiosa, institucional, industrial), este último presente no modelo de ficha indicado no INRC (IPHAN, 2000). Foram suprimidos os campos para indicação do responsável pela coleta e movidos para a ficha específica sobre a inscrição os campos sobre estado de conservação (mudando o foco sobre este item da edificação para a inscrição em si) e número de ordem (identificando aqui a ficha de inscrição, e não o imóvel).


A ficha correspondente às inscrições tipográficas adotou o formato utilizado por D'Elboux (2013), com a subdivisão dos aspectos tipográficos em categorias como microtipográficos (família, peso, proporção e inclinação), mesotipográficos (uso ortográfico, segmentação em linhas e alinhamento), paratipográficos (material, técnica e perfil de extrusão) e macrotipográficos (posicionamento na fachada). Essa ficha também incorporou os campos mencionados anteriormente. Além disso, a ficha inclui um espaço destinado à transcrição da inscrição, uma seção para a inclusão do registro fotográfico correspondente e um campo designado para o código de identificação da inscrição.

2.4. Inventário das Inscrições Tipográficas Arquitetônicas dos Imóveis Históricos da Cidade de Pelotas (1850-1930)

O produto final do processo de elaboração do Inventário das Inscrições Tipográficas Arquitetônicas dos Imóveis Históricos da Cidade de Pelotas (1850-1930), proposto por esta pesquisa, não se limita apenas às **fichas de catalogação** (Figura 4) que o compõem. Além disso, como forma de apresentar os resultados, também foi criada uma **planilha**³ (Figura 5) no Google Docs contendo a transcrição de todos os dados das fichas, um **álbum online**⁴ (Figura 6) com fotografias dos imóveis e suas inscrições, e um **mapa**⁵ (Figura 7) disponível no Google Maps, acessível gratuitamente.

Figura 4: Fichas catalográficas (frente e verso).

INVENTÁRIO DE INSCRIÇÕES TIPOGRÁFICAS NOS PRÉDIOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE PELotas/RS (1850 A 1930)		DATA	EDIFICAÇÃO
		09/11/2016	Nº 25
Nome do edifício (e outras denominações): Asilo de Mendigos			
Endereço: Parque Dom Antônio Zattera, 338			
Autoria do projeto: Engenheiro José de Magalhães	Construtor:		
Data do projeto: 1887	Data de conclusão: 1892		
Uso original do imóvel: Asilo	Uso atual do imóvel: Asilo		
Estilo arquitetônico: Eclético (Segundo Período)	Categoria (cívil, militar, religiosa, institucional, industrial): Institucional		
Proteção existente (indicar instrumento legal): Inventariado			
Informações históricas (com fontes bibliográficas e documentais): As informações sobre o projeto e a construção seguem o exposto por Moura e Schlee (2002). Além segundo Moura e Schlee (2002), em 1928 Castano Casareto projetou uma ampliação e elaboração de uma nova fachada para o imóvel. Segundo Gastão (2012), esta reforma foi finalizada em 1931.			
GASTÓE, G. Castano Casareto: Arquitetura Urbana em Pelotas/RS (1892-1931). 2012. 193 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas.			
MOURA, R. M. G. R.; SCHLEE, A. R. 100 Imagens da arquitetura pelotense. Pelotas: Pallotti, 2002.			
Localização na malha urbana: 	Foto da edificação: 		
Coordenadas geográficas: -31.75935, -52.33789			

INVENTÁRIO DE INSCRIÇÕES TIPOGRÁFICAS NOS PRÉDIOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE PELotas/RS (1850 A 1930)		INSCRIÇÃO
		Nº 25
Tiracolor: ASYLO DE MENDIGOS		Identificação da inscrição: NO01521
Estado de conservação da inscrição: <input checked="" type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> removida <input type="checkbox"/> descaracterizada <input type="checkbox"/> outro:		
Aspectos microtipográficos: Família: <input type="checkbox"/> serifada <input type="checkbox"/> sem serifa <input type="checkbox"/> cursiva <input checked="" type="checkbox"/> sem serifa e decorativa Peso: <input type="checkbox"/> light <input checked="" type="checkbox"/> medium <input type="checkbox"/> bold <input type="checkbox"/> black <input type="checkbox"/> outro: Proporção: <input checked="" type="checkbox"/> normal <input type="checkbox"/> condensada <input type="checkbox"/> expandida Inclinação: <input checked="" type="checkbox"/> normal <input type="checkbox"/> itálica		
Aspectos mesotipográficos: Uso ortográfico: <input checked="" type="checkbox"/> caixa alta <input type="checkbox"/> caixa alta e baixa <input type="checkbox"/> caixa baixa <input type="checkbox"/> versal/versalete <input type="checkbox"/> outro: Segmentação: <input type="checkbox"/> contínua <input type="checkbox"/> duas linhas <input checked="" type="checkbox"/> três linhas <input type="checkbox"/> outro: Alinhamento: <input type="checkbox"/> esquerdo <input type="checkbox"/> direita <input type="checkbox"/> justificado <input checked="" type="checkbox"/> centralizado		
Aspectos paratipográficos: Material: <input type="checkbox"/> metal <input type="checkbox"/> rocha <input checked="" type="checkbox"/> alvenaria <input type="checkbox"/> outro: Técnica: <input type="checkbox"/> aplique <input type="checkbox"/> baixo-relevo <input checked="" type="checkbox"/> alto-relevo <input type="checkbox"/> outro: Perfil: <input checked="" type="checkbox"/> reto <input type="checkbox"/> curvo <input type="checkbox"/> corte-v <input type="checkbox"/> trapezoidal <input type="checkbox"/> outro:		
Aspectos macrotipográficos: Inscrição localizada no frontão de fachada.		
Imagens da inscrição: 		

Fonte: Elaborado pelo autor.

³ Disponível em: <https://tinyurl.com/y9mds438>

⁴ Disponível em: <https://tinyurl.com/y9jasrfb>

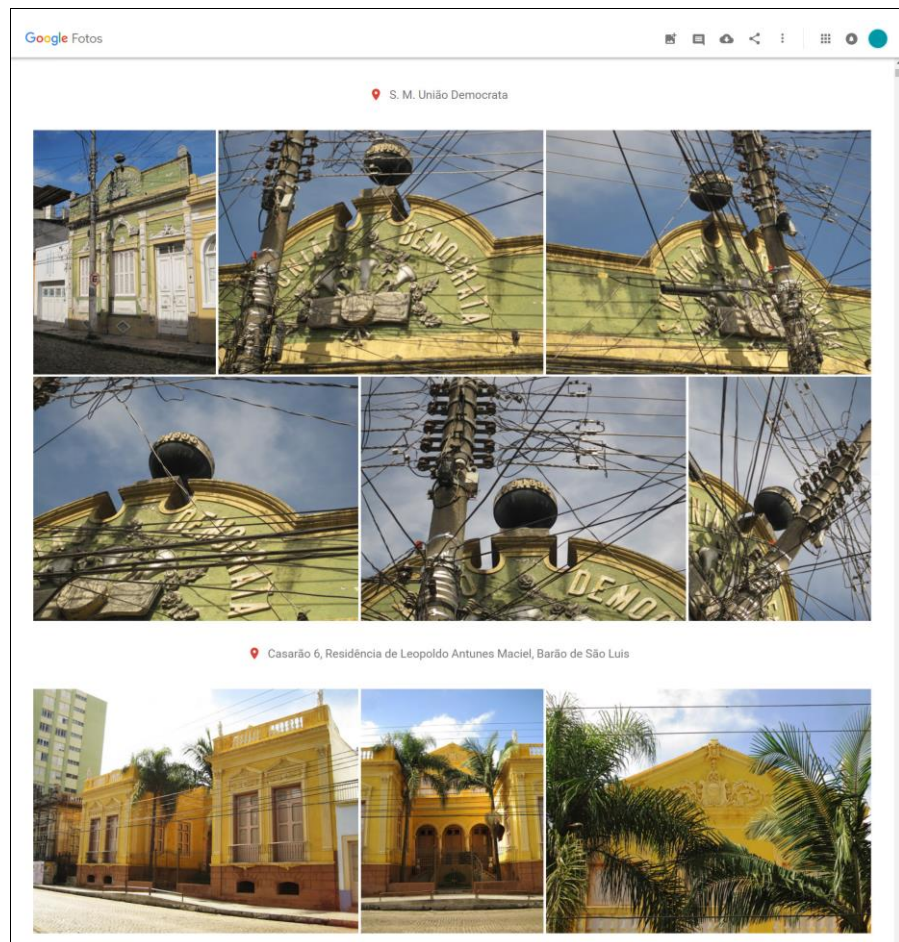
⁵ Disponível em: <https://tinyurl.com/ybp99qpe>

Figura 5: Planilha com as informações das fichas catalográficas.

1	A	B	C	D	E	F	G	H	I
2	Numeração sequencial	Número do exemplar	Nome do edifício (e outras denominações)	Endereço	Autoria do projeto	Construtor	Data do projeto	Data de conclusão	Uso
120	117	70/3	Prefeitura Municipal de Pelotas	Praça Coronel Pedro Osório, 1	Engenheiro Romualdo d'Carlos Zanotta		1879	1881	Câm
121	118	71	Banco Itaú, ex-Banco da Província	Praça Coronel Pedro Osório, 1	Azevedo, Moura & Gerli, Azevedo, Moura & Gerlum			1927	Banc
122	119	72	Theatro Sete de Abril	Praça Coronel Pedro Osório, 5	Engenheiro Eduardo Kretschmer (alemão)		1833	1916 (fachada atual)	Teat
123	120	73		Rua Professor Araújo, 1480				1912	Resi
124	121	74	Seicho-No-Ie	Rua Professor Araújo, 1554	Indeterminada	Indeterminado	1908	1909	Resi
125	122	75	Divas Estética e Design	Rua Professor Araújo, 1588				1925	
126	123	76	H2O Distribuidora de Água Mineral	Rua Professor Araújo, 1917				1928	
127	124	76/2	H2O Distribuidora de Água Mineral	Rua Professor Araújo, 1917				1928	
128	125	77	Casarão Echenique Leite	Rua Quinze de Novembro, 213				1899	Resi
129	126	78		Rua Quinze de Novembro, 471				1876	Resi
129	127	78/2		Rua Quinze de Novembro, 471				1876	Resi
131	128	79		Rua Quinze de Novembro, 806				1915	
132	129	80		Rua Quinze de Novembro, 1049				1928	
133	130	81		Rua Santa Cruz, 625	Indeterminada	Indeterminado	1929	1929	Resi
134	131	82		Rua Barão de Santa Tecla, 510				1876	
135	132	82/2		Rua Barão de Santa Tecla, 510				1876	
136	133	83	Schild Advogados S/C - Serviços Advocatórios	Rua Sete de Setembro, 152				1876	Resi
137	134	84	Residência de Theodiso Fernandes Rocha, ex-Banco Itaú, ex-Ba	Rua Sete de Setembro, 253	Indeterminada	Indeterminado	Indeterminada	1875	Resi
138	135	84/2	Residência de Theodiso Fernandes Rocha, ex-Banco Itaú, ex-Ba	Rua Sete de Setembro, 253	Indeterminada	Indeterminado	Indeterminada	1875	Resi
139	136	85	Multisom	Rua Sete de Setembro, 307				1929	
140	137	86	Veterinária Centauro	Praça Pratinno de Almeida, 2				1930	
141	138	87		Rua Quinze de Novembro, 34 / 36				1928	
142	139	88	Mercado do Calçado	Praça Sete de Julho, 55				1923	
143	140	89	Mercado Central, Mercado Público, Mercado Municipal	Praça Sete de Julho, 179	Roberto Offer		1849		Merc
144	141	89/2	Mercado Central, Mercado Público, Mercado Municipal	Praça Sete de Julho, 179	Roberto Offer		1849		Merc
145	142	89/3	Mercado Central, Mercado Público, Mercado Municipal	Praça Sete de Julho, 179	Roberto Offer		1849		Merc
146	143	89/4	Mercado Central, Mercado Público, Mercado Municipal	Praça Sete de Julho, 179	Roberto Offer		1849		Merc
147	144	90	Faculdade de Direito da UF-Pel	Praça Conselheiro Maciel, 215 Dias & Requião	José Severgnini			1929	Fac
148	145	91	Hostel Atlele Mari Marques	Rua Padre Ozy, 51				1917	Resi

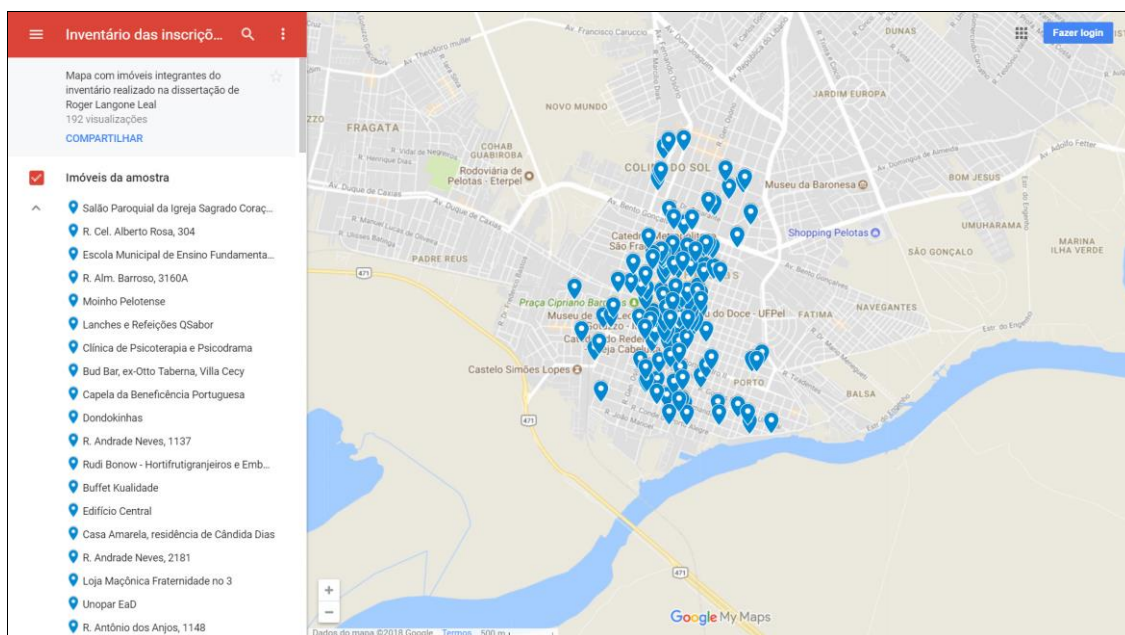
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 6: Tela com álbum da amostra e sua separação por imóveis



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 7: Tela do mapa com *pins* marcando os imóveis da amostra



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.4.1. Amostra Final

A amostra final é formada por 144 edifícios, abrangendo um total de 208 inscrições. Dentre essas manifestações, 72 são referentes às datas de construção dos imóveis, 59 são inscrições nominativas, 3 são inscrições honoríficas, 38 são monogramas dos proprietários, 2 são epígrafes arquitetônicas com informações sobre os construtores ou projetistas do prédio, 16 são lemas ou referências à área de atuação da instituição, 16 são inscrições de natureza mista, cumprindo mais de uma função, 1 identifica o número do edifício e 1 não teve sua função identificada. Algumas inscrições cuja datação não pôde ser confirmada, mas que, pelas características arquitetônicas, podem estar dentro do período da amostra, foram mantidas para possibilitar sua confirmação ou exclusão posteriormente no inventário.

3. Considerações Finais

A prosperidade econômica que Pelotas experimentou no final do século XIX, graças à produção de charque, levou ao desenvolvimento de um conjunto arquitetônico com características ecléticas que tem sido objeto de estudos acadêmicos. Os resultados alcançados neste estudo evidenciam a possibilidade de que essa importância também manifeste-se nas inscrições tipográficas encontradas nas fachadas dessas construções arquitetônicas.

A seleção do centro histórico desta cidade como campo de estudo revelou-se apropriada, dado o grande número de inscrições tipográficas encontradas nessa região.

Além das pesquisas de Salomon, D'Elboux e do grupo TAP – Tipografia Arquitetônica Paulista – também foi adotado um referencial que considerasse os processos de patrimonialização, optando-se pelas diretrizes do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – como guia para conduzir o trabalho. Essa escolha permitiu compreender os passos essenciais na construção do inventário.

A abordagem adotada pelo INRC, durante a fase de delimitação do universo, à priorização do princípio de exaustividade, contribuiu para a definição dos parâmetros utilizados na seleção da amostra. Embora o trabalho não tenha a intenção de afirmar que é exaustivo e abarca tudo em relação ao objeto inventariado, estabelecer critérios de inclusão e exclusão como elementos essenciais ajudou a resolver o problema que havia surgido na ampliação da amostra.

Dessa forma, a definição das inscrições tipográficas arquitetônicas presentes nos imóveis históricos entre os anos de 1850 e 1930 possibilitou a viabilidade da construção do inventário.

Embora a elaboração do inventário não tenha levado à conclusão de uma identidade categórica das inscrições, o conjunto de manifestações de escrita descrito neste estudo evidencia, por meio da diversidade de tipos de inscrições (nominativas, honoríficas, datas de conclusão de construção, epígrafes, lemas institucionais e monogramas dos proprietários), a existência de um campo de estudo abrangente no que diz respeito à aplicação da tipografia na arquitetura, mas não restrito apenas a esse âmbito. Este trabalho também pode contribuir para a composição de um panorama sobre como a tipografia era abordada no final do século XIX e início do século XX na cidade, independentemente do suporte em que estava inserida.

O inventário desenvolvido e aplicado, além de facilitar a identificação e servir como estratégia de registro e acesso às inscrições, representa um primeiro passo para conscientizar sobre a importância de sua preservação.

Referências

- ABRAHIM, A. L. N. S.; GUERREIRO, A.; FARIAS, T. C. A evolução técnica do método de registro para inventário de bens imóveis no Centro Histórico de Manaus: novas tecnologias e profissionais. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COM O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, 2012, BELÉM. **Anais...** Belém: Editora UFPA, 2012. v. 1.
- BABELON, J; CHASTEL, A. **La notion de patrimoine**. Paris: Liana Levi, 1994.
- BAINES, P.; DIXON, C. **Signs: Lettering in the Environment**. Londres: Lawrence King, 2008.
- BARTRAM, A. **Lettering on Architecture**. New York: Watson-Guption Publications, 1976.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Brasília/DF: 1988.
- BUDDS, D. One Designer's Urgent Mission: Preserve Classic City Signage Before It Disappears. **Co.Design**, ago. 2017. Disponível em: < https://www.fastcodesign.com/90137812/one-designers-urgent-mission-preserve-classic-city-signage-before-it-disappears?partner=feedburner&utm_source=feedly&utm_medium=feed&utm_campaign=feedburner+fastcodesign&utm_content=feedburner >. Acesso em: 4 dez. 2017.
- BURKE, C. Peter Behrens and the German Letter: Type Design and Architectural Lettering. **Journal of Design History**, v. 5, n. 1, p. 19-37, 1992.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

D'ELBOUX, J. R. **Tipografia como elemento arquitetônico no Art Déco paulistano**: uma investigação acerca do papel da tipografia como elemento ornamental e comunicativo na arquitetura da cidade de São Paulo entre os anos de 1928 a 1954. 2013. 300 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DELANOY, S. S.; ZAMBRANO, L. G. **Recuperação do centro histórico de Pelotas/RS Programa Monumenta**. Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Cultura, Unidade Executora do Programa Monumenta, 2010.

GOUVEIA, A. P. S.; PEREIRA, A. L. T.; FARIAS, P. L.; BARREIROS, G. G. Paisagens tipográficas - lendo as letras nas cidades. **InfoDesign**, v. 4, n.1, p. 1-11, 2007.

GRAY, N. *Lettering on buildings*. London: London Architectural Press, 1960.

GUTIERREZ, E. J. B. **Barro e Sangue**: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). 1999. 549 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

KINNEIR, J. **Words and buildings, the art and practice of public lettering**. London: Architectural Press, 1980.

LEAL, R. L. Inscrições Tipográficas Nominativas nos Prédios Históricos da Cidade de Pelotas/RS, Brasil. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. UFMA: São Luís, 2012.

LOPES, M. I. V. Pesquisa de comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 27, n.1, p. 13-39, 2004.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MOURA, R. M. G. R.; SCHLEE, A. R. **100 imagens da arquitetura pelotense**. Pelotas: Pallotti, 2002.

NOGUEIRA, A. G. R. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. **História**, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

OLIVEIRA, M. M. A **Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória**. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Dados Gerais**. Disponível em: <
<http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/dados-gerais.php>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SALOMON, A. X.; GOUVEIA, A. P. S.; FARIAS, P. L. Fichas de pesquisa de campo para estudo da tipografia nominativa na arquitetura carioca. **InfoDesign**, v.6, n.2, p. 7-16, 2009.

SANTOS, C. A. A. (Org.). **Ecletismo em Pelotas: 1870-1931**. Pelotas: Editora UFPel, 2014.

SARLO, B. Vocación de memoria: ciudad y museo. In: VINYES, R. (Org). **El estado y la memoria**. Barcelona: RBA libros, 2009.

SCHLEE, A. R. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. 1993. 215 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Prefeitura Municipal de Pelotas. **Manual do usuário de imóveis inventariados**. Pelotas: Nova prova, 2008, 104 p.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. Escritório Internacional de Museus. Atenas, 1931. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: mar.2018.

SYKES, M. H. **Manual on Systems of Inventorying Immovable Cultural Property**. Paris: United Nations / Unesco, 1984.

WEIMER, G. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, A. T. (Org). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel Edusp, 1987. p. 256-279.